

O ENSINO DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E O LIVRO DIDÁTICO: O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA LÍNGUA MATERNA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Andreia Silva de Assis¹ (UENF)

Eliana Crispim França Luquetti² (UENF)

Resumo

O sistema educacional brasileiro, desde a publicação dos PCN, vem sofrendo mudanças gradativas a fim de se desenvolver e alavancar, de maneira eficaz, o ensino. Na disciplina de Língua Portuguesa, observa-se a preocupação em proporcionar um ensino baseado nas novas descobertas da linguagem e, conseqüentemente, o reconhecimento do caráter heterogêneo da língua. Porém, mesmo assim, podemos alegar que a escola, logo a sociedade, não aceita a heterogeneidade da língua, impondo apenas como correta a língua descrita pela tradição gramatical, e ao fazer isso, marginaliza as demais variantes, considerando-as como erros. Nesse sentido, na tentativa de minimizar e colaborar para uma educação linguística mais eficaz, relevante e menos elitista, diversos autores como Bagno, Soares e Labov acreditam que a Sociolinguística pode auxiliar os docentes nesta tarefa de educar sem atuar negativamente na constituição da identidade social, coletiva e linguística do indivíduo. Assim, o presente trabalho tem como objetivo compreender a relevância da educação linguística no processo de ensino-aprendizagem de língua materna, assim como a questão da variação linguística no âmbito escolar. Discutiremos equívocos cometidos pelos profissionais da educação, no que fere a variação linguística e norma padrão, e como essas concepções desarmonizadas geram barreiras que comprometem as discussões em sala de aula, cultivando uma ideologia tendenciosa e conservadora. Para tanto, analisaremos, através de questionários, os livros didáticos aprovados pelo PNLD de Língua Portuguesa para os anos finais do Ensino Fundamental, observando qual a metodologia de ensino abordada no tocante ao tema variação linguística. Paralelamente, também faremos um questionário semiestruturado destinado aos professores de Língua Portuguesa para compreendermos quais estratégias de ensino utilizam para lecionarem esse tema. Quando se fala de variação linguística e o tratamento oferecido pelos livros didáticos, constata-se que ainda é incipiente, sendo necessário que o docente esteja preparado para agir diante de entraves.

Palavras-chave: Variação linguística; livro didático; formação docente.

1 Introdução

No contexto educacional, o ensino de Língua Portuguesa, apesar das inovações no âmbito da ciência da linguagem, continua baseado em uma metodologia tradicionalista. Dessa forma, os docentes são direcionados a preparem suas aulas moldados no ensino normativo, caso contrário, não é considerado ensino.

Por esse motivo, tal ensino de língua materna promovido pela escola, tem mais a atrapalhar do que a desenvolver a competência comunicativa dos alunos. Na verdade, o que

¹Mestranda em Cognição e Linguagem na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). andreiad@hotmail.com

²Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Professora na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). elinafff@gmail.com

ocorre é uma confusão nos conceitos de língua e linguagem gerando preconceito que se reflete na sociedade, de que não sabemos falar o português corretamente.

Por isso dizemos que todo indivíduo falante de sua língua sabe seu funcionamento. O que acontece é que esse falante, muitas vezes, domina apenas uma variante dessa língua, e é dever do ensino de língua materna preparar seus alunos para perpassarem de uma variante a outra sem grandes problemas. Mas, para isso, precisamos conscientizar a sociedade como um todo que toda variedade de uma língua é igualmente importante e tem seu lugar. O grande problema é que existe um preconceito da variedade oriunda das classes menos favorecidas, como se seus falantes fossem pessoas sem cultura, geralmente essas pessoas estão à margem da sociedade. O que aparenta ser é que, na verdade, julga-se o indivíduo que está falando, e não necessariamente o que ele está falando.

Nossa proposta de estudo é justamente conscientizar que tanto a gramática quanto a variação de uma língua são componentes igualmente importantes para o processo de ensino-aprendizagem, por isso é interessante se verificar de que forma a variação linguística vem sendo tratada nos livros didáticos aprovados pelo PNLD/2014, já que esse tema é bem pontuado no PCN desde sua publicação. Muitas vezes, o livro didático é o único material de apoio do professor e acesso do aluno, e se este não o faz de maneira satisfatória, ocasiona uma lacuna na vida escolar.

2 Referencial Teórico

Estamos no século XXI, avanços tecnológicos mostram o rumo que se deve seguir. Inúmeras pesquisas são produzidas, patrocinadas pela sociedade, a fim de se avançar em todas as ciências, com o intuito de saber o presente, entender o passado e prevenir para o futuro. Os resultados obtidos pelas pesquisas são aplaudidos pela sociedade, já que mais um passo foi dado na história da humanidade. No entanto, quando se fala da própria língua a história muda de figura. A gramática normativa continua repetindo conceitos produzidos e descartados há anos e, no entanto, a sociedade, representando o interesse de alguns tradicionalistas, não aceita as inovações repudiando e banalizando as novas teorias da linguagem (BAGNO, 2007).

Em 1997, o Ministério da Educação, preocupado com a renovação do ensino de todas as disciplinas das escolas brasileiras, lançou uma coleção de documentos que norteariam a educação nacional, os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN. Desde então, tinha-se uma preocupação em desenvolver, de maneira mais eficaz, as mudanças curriculares que iriam alavancar o ensino (BAGNO, 2007). Na disciplina de língua portuguesa, observa-se a preocupação em proporcionar um ensino baseado nas novas descobertas da linguagem e, conseqüentemente, o reconhecimento do caráter heterogêneo da língua.

O problema do preconceito disseminado na sociedade em relação às falas dialetais dever ser enfrentados, na escola, como parte do objetivo educacional mais amplo da educação para o respeito à diferença. Para isso, e também para poder ensinar Língua Portuguesa, a escola precisa livrar-se de alguns mitos: o de que existe uma única forma “certa” de falar – a que se parece com a escrita – e o de que a escrita é o espelho da fala – e, sendo assim, seria preciso “consertar” a fala do aluno para evitar que ele escreva errado. Essas duas crenças produziram uma prática de mutilação cultural que, além de desvalorizar a forma de falar do aluno, tratando sua comunidade como se fosse formada por incapazes, denota desconhecimento de que a escrita de uma língua não corresponde inteiramente a nenhum de seus dialetos, por mais prestígio que um deles tenha em um dado momento histórico (PCN, 1997, p. 26).

Desde então, existe uma preocupação com o tipo de ensino de língua desempenhado pela escola e seu reflexo na sociedade. Esse documento trouxe um ganho significativo, ponderando que, até então, a escola tradicional negava a existência da variação linguística como matéria de ensino, pois era considerada sinônimo de erro, incumbindo à escola a responsabilidade de corrigi-los. Com a publicação do PCN, observa-se que o dispositivo educacional reconhece que existem falas dialetais que competem com a língua oficial, e que são discriminadas.

O ensino tradicionalista até então desenvolvido pela escola, em que o indivíduo deveria reproduzir a língua descrita pelos manuais, refletiu na sociedade uma conduta preconceituosa em relação à linguagem falada. Esse preconceito enraizado gera problemas profundos e divisórios, já que os indivíduos são categorizados pela forma como falam. Na escola, os alunos são medidos pela maneira como se articulam e qualquer desvio da norma padrão é encarado como erro, que precisa ser consertado, sem levar em consideração sua origem sociocultural. Geraldi (1996) sinaliza para os professores de língua portuguesa a importância de ensinar a norma padrão sem que isso signifique depreciar sua linguagem familiar.

Cabe ao professor de língua portuguesa ter presente que as atividades de ensino deveriam oportunizar aos seus alunos o domínio de uma outra forma de falar o dialeto padrão, sem que isso signifique a depreciação da forma de falar predominante em sua família, em seu grupo social, etc. Isso porque é preciso romper o bloqueio de acesso ao poder e a linguagem é um de seus caminhos (GERALDI, 1996, p 163).

A linguagem falada por qualquer indivíduo é resultante de uma série de características, sendo, portanto, considerada individual e particular, já que representa a linguagem de seu grupo social. A escola deve considerar a linguagem trazida pelo aluno, sem desprezar e tratá-la como um simples erro gramatical. Desconsiderar outras formas de fala traz malefícios, porque, muitas vezes, o aluno não consegue compreender o ensino proposto pela escola. Segundo SOARES (1989), o problema está na linguagem utilizada na escola:

É o uso da língua na escola que evidencia mais claramente as diferenças entre grupos sociais e que gera discriminações e fracasso: o uso, pelos alunos provenientes das camadas populares, de variantes linguísticas social e escolarmente estigmatizadas provoca preconceitos linguísticos e leva a dificuldades de aprendizagem, já que a escola usa e quer ver usada a variante-padrão socialmente prestigiada (SOARES, 1989, p. 17).

Um dos motivos pelo qual a aprendizagem não ocorre de maneira eficaz, é que a escola adota o princípio do caráter homogêneo da língua, com o intuito de padronizar a língua falada e escrita na sociedade. O mais interessante é que o ensino de língua é tratado, em sua matriz curricular, como ensino de gramática, esquecendo-se de que o indivíduo, quando chega à escola, já domina a modalidade falada da língua. Ao impor apenas uma variedade, reprime aquela que o aluno já domina, dando-o a “oportunidade” de substituição.

A gramática normativa, assim como a escola, vê a língua como sistema homogêneo, pronto e acabado, tendo como base os estudos gramaticais dos gregos e latinos. Nos livros didáticos e nas gramáticas, esta se define como um conjunto de regras que impõem um modelo ideal de língua que deve ser seguido. Assim, a língua escrita se sobrepõe à falada, da mesma forma que somente a variedade culta é passível de ser estudada e aprendida. Possenti (2000) afirma que:

o fracasso dos alunos em provas que exigem escrita não é só o fracasso da escola, mas o de uma sociedade que valoriza o que tem pouco valor – escrever sempre as mesmas palavras e frases – e não valoriza o que tem

muito valor – a capacidade de alguém ser sujeito de um texto, de defender idéias que se articulem, mesmo que haja pequenos problemas de escrita. (...) Somos uma sociedade que valoriza ortografia e casuísticas medievais sobre correção gramatical (POSSENTI, 2000, p. 55).

Dentre as diversas variedades que circulam na sociedade, a escola elegeu a variedade de prestígio para ser ensinada. Além disso, ensina-se também seus valores e costumes, a linguagem usada e ensinada é a mesma falada pela classe prestigiada, fazendo com que o estudante da classe desprestigiada socialmente não se sinta pertencente àquela língua e, conseqüentemente, àquela sociedade. Isso acarreta o fracasso escolar e social, já que esse indivíduo terá dificuldades de se engajar de maneira satisfatória na sociedade.

Nesse sentido, Labov (*apud* Cyranka, 2011) pondera que:

A língua da sala de aula deve ser uma propriedade comum de todas as classes sociais e grupos étnicos; livres da identificação com estilo masculino e feminino; neutro em relação à oposição entre alta cultura e cultura popular; independente de outros processos de socialização do sistema escolar; e restaurar o vigor da vida cotidiana. Um passo nessa direção é rejeitar os símbolos socialmente significativos que carregam esse peso social. (LABOV, 1987, p. 145 *apud* CYRANKA, 2011, p. 71)

Quando o aluno já é familiarizado com a variedade culta, sofre menos, já que comete menos erros; no entanto, pode-se dizer que a maioria dos alunos não são sabedores dessa modalidade e isso provoca ruídos entre os interlocutores.

É no meio social que a linguagem se desenvolve, cria, recria e transforma a própria linguagem. Ela, a língua, é sensível a toda mudança cultural que ocorre na vida do homem, seja de ordem individual, social, regional, sexual, etária, como também temporal, que é o caso da mudança linguística (MARTELOTTA, 2003, p. 57). Dessa forma, o homem muda a sua linguagem à medida que ele se muda de acordo com suas condições sociocultural, já que tudo está intrinsecamente entrelaçado. Em seus trabalhos, LABOV (2008) comprovou como o meio social interfere diretamente na linguagem do indivíduo, surgindo a Sociolinguística.

Os PCN introduziram os conceitos de Sociolinguística, até então pouco conhecidos na prática docente. No entanto, apesar dos esforços, poucos trabalhos abordam a questão da variação linguística e, menos ainda, para ser utilizado em sala de aula como material de apoio aos docentes. Para Bagno (2007, p. 29): “O resultado disso é que a variação linguística ou fica em segundo plano na prática docente ou é abordada de maneira insuficiente, superficial, quando não distorcida”. Essa utilização distorcida, confusa e propagadora de mais preconceitos da variação linguística é encontrada nos meios de comunicação de massa e em materiais pedagógicos, que ponderam que só existe variedade na fala dos falantes da zona rural e da região norte/nordeste do país.

Com o intuito de mudar esse quadro desastroso, vários trabalhos e pesquisas são produzidos, mas, muitas vezes, poucos deles realmente se tornam acessíveis à maioria da população. Além disso, quando surgem oportunidades nos meios de comunicação, profissionais de outras áreas acabam deturpando as ideias com informações imprecisas e equivocadas a respeito da linguagem (BAGNO, 2007, 2009). Os meios de comunicação, quando engajados com a verdade e com o compromisso de levar a informação, são fundamentais para a vida em sociedade, mas quando se tem apenas o interesse de alguns em vista, dando ao seu telespectador/leitor uma visão equivocada e distorcida da realidade, ela presta um desserviço à população e a sua dignidade (BAGNO, 2007; SCHERRE, 2005).

A Sociolinguística vem propondo novos métodos de ensino de língua materna, com o intuito de promover uma educação linguística eficaz e extirpar o preconceito linguístico,

dando a todos os falantes uma igualdade de oportunidades para o aprendizado da língua portuguesa.

É importante salientarmos que o docente, ao ensinar a norma-padrão, não imponha a substituição de um pelo outro. Ao contrário, deve propiciar ao aluno condições suficientemente claras para que ele possa transitar de um dialeto para o outro sem grandes dificuldades. Segundo Soares (1989, p. 49) “A postura mais amplamente adotada (...) é a de um bidialetalismo: falantes de dialetos não-padrão devem aprender o dialeto padrão para usá-lo nas situações em que ele é requerido”.

Essa postura deveria ser seguida nos livros didáticos que, na maioria das vezes, abordam questões e atividades de fixação de forma a dar ao aluno a perspectiva de que a única forma correta de se escrever e falar é a norma-padrão. Apesar da grande melhora na qualidade nos livros didáticos desde a criação do PNLD, ainda há a necessidade de ser revista essa questão da norma padrão e da variação linguística.

Segundo Bagno (2007), um dos principais problemas encontrado no livro didático é a constante ligação do tema variação linguística aos sinônimos de falares regionais, rurais ou de indivíduos não escolarizados ou com nenhuma instrução, por isso a insistência em exibir como exemplos uma tirinha do personagem Chico Bento, um samba do repertório de Adoniran Barbosa ou poema de Patativa do Assaré. Para o autor (2007, p. 120) “Parece estar por trás dessa tendência a suposição (falsa) de que os falantes urbanos e escolarizados usam a língua de um modo mais ‘correto’, mais próximo do padrão, e que no uso que eles fazem não existe variação”. Diversos fatores interferem em nossas escolhas comunicativas, inclusive o momento e o interlocutor da enunciação. Deveria ser uma das tarefas da escola proporcionar ao aluno a consciência dessa mudança e melhorias na qualidade da comunicação.

A escola deve valorizar a gramática internalizada do aluno e sujeitá-lo ao maior número possível de experiências linguísticas, priorizando a leitura, a escrita, a narrativa e todas as outras formas de expressão. Deve também levar o indivíduo a refletir sobre sua própria língua, tendo a consciência de que sabe falar sua língua, mas que precisa saber mais sobre ela, que existe uma diversidade de outras formas de expressar-se nessa língua e que esse saber pode desenvolver por toda a vida. Esta é uma das formas de começar a modificar a sociedade discriminadora, já que, nela, as variantes linguísticas cumprem papel de intensa e completa significação.

3 Discussão

Como dissemos, apesar da melhora consistente observada no livro didático nos últimos anos, desde a criação do PNLD, ainda se verifica uma defasagem na questão da variação linguística. Isso se deve ao fato de muitos trabalhos serem realizados sobre o tema, mas poucos são somatizados à metodologia e aplicação escolar.

Sabemos também que os livros didáticos devem ser visto apenas como um dos suportes que o docente deve ter em mãos para o processo de ensino-aprendizagem de seus alunos, e que deve partir do docente meios suficientes para suprir as lacunas que o livro possa deixar, mesmo porque, diante da realidade de cada escola, o material pode ser direcionado. No entanto, muitas vezes, ele é o único livro que o aluno tem acesso e, por vezes, toma as informações ali contidas como uma verdade universal, inquestionável. Se isso ocorre, nada mais apropriado do que tornar o material escolar o mais adequado possível para contribuir na formação do aluno.

Neste sentido, cabe ao professor estar atento e bem preparado para atingir o objetivo da educação. O aluno não pode ser visto como um mero compartimento pronto para ser preenchido. Ele traz consigo toda uma cultura a ser compartilhada e complementada pela vivência escolar.

A fim de se observar alguns livros didáticos destinados e distribuídos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental da rede pública estadual de ensino, separamos cinco (5) coleções de Língua Portuguesa, aprovadas pelo Programa Nacional de Livro Didático/2014 (PNLD). Para realização da análise proposta, utilizamos cinco coleções elencadas no quadro abaixo:

Coleção 1	“Português: uma língua brasileira” de Lígia Menna, Regina Figueiredo, Maria das Graças Vieira.
Coleção 2	“A aventura da linguagem” de Luiz Carlos Travaglia, Maura Alves de Freitas Rocha e Vania Maria Bernardes Arruda-Fernandes.
Coleção 3	“Universos: língua portuguesa”, obra coletiva e desenvolvida por Edições SM, editor responsável Rogério de Araújo Ramos.
Coleção 4	“Português: linguagens”, de William Roberto Cereja e Thereza Cohar Magalhães.
Coleção 5	“Jornadas.port – Língua Portuguesa”, de Dileta Delmanto e Laiz B de Carvalho.

Nosso objetivo é verificar o que propõem as coleções, se preparam o professor para sua utilização e se a variação linguística faz parte de maneira eficaz dos conteúdos programáticos por elas trabalhados.

Na primeira questão, observamos:

1) O que se propõem as coleções?

Coleção 1	As autoras procuram, em toda coleção, “propor situações que estimulassem os alunos a refletir sobre a heterogeneidade linguística, analisando as variantes, mas optamos por privilegiar um trabalho em que eles exercitem a habilidade linguística associada à variedade urbana de prestígio por ser essa a que com mais frequência estará presente na situação escolar e na futura vida profissional dos alunos”. (p. 4)
Coleção 2	Segundo o manual do professor, busca-se com essa coleção trabalhar “o que é fundamental para a educação linguística dos alunos. Por isso, (...) constam textos de diferentes gêneros e em diferentes funções...”(p. 3)
Coleção 3	A equipe oferece ao professor um “apoio consistente não só no que se refere ao conteúdo disciplinar, mas também em relação aos seguintes eixos: <ul style="list-style-type: none"> • Uso de recursos digitais em sala de aula; • Diversidade regional; • Inclusão social do aluno com necessidades educacionais especiais; • Desenvolvimento da competência escritora; • Interdisciplinaridade.” (p. 5)
Coleção 4	Os autores buscam com esta nova edição da coleção trabalhar com a leitura “comprometida com a formação de leitores competentes de todos os tipos de textos e gêneros em circulação social”; com conceitos gramaticais que “alarga o horizonte dos estudos da linguagem, apoiando-se nos recentes avanços da linguística e da análise do discurso; uma proposta de produção textual apoiada na teoria dos gêneros textuais ou discursivos e na linguística textual; e o interesse em explorar outras linguagens, além da verbal, como a pintura, a fotografia, o cinema, o cartum, o anúncio publicitário, etc.” (p. 4)
Coleção 5	As autoras organizaram de acordo com “o fato de que a linguagem não é um mero conteúdo escolar, mas sim uma atividade humana, histórica e social. Portanto, seu estudo deve contribuir para auxiliar o educando a ler o mundo em que vive; a analisar o que dele se diz e se pensa; a expressar uma visão

	fundamentada e coerente dessa leitura e dessa interpretação. Daí a preocupação em criar uma proposta na qual as práticas de leitura, escrita, escuta, produção de textos orais e escritos e reflexão sobre a linguagem sejam sempre o foco na sala de aula.”(p. 3)
--	--

Como podemos observar, todas as coleções abordadas tem como objetivo trabalhar a diversidade linguística e comprometimento com a formação de leitores competentes em diversos gêneros de textos, ampliando assim a compreensão da realidade e tornando o aluno um usuário competente da língua. Analisando as coleções, verificamos que trabalham com diversos textos, que são aprofundados e alargados a cada ano escolar. Além disso, diante da importância que o tratamento dado aos tipos e gêneros textuais tem angariado ao longo dos últimos anos, essas coleções foram avaliadas neste quesito pelo PNLD/2014 como pontos fortes.

Outra questão que achamos pertinente neste trabalho foi verificar quais são as perspectivas dominantes nas coleções, e para nossa surpresa apesar de nas propostas das coleções constarem uma reflexão da heterogeneidade da língua, não foi isso que efetivamente se concretizou nas atividades propostas pelos autores.

2 – Quais são as perspectivas dominantes?

Coleção 1	As autoras alertam que, apesar de considerar a importância da variação linguística, optaram contemplar “as manifestações linguísticas que estão condicionadas aos usos que fazemos da língua em situações da vida pública...”, ou seja, “normas urbanas de prestígio”. (p. 5)
Coleção 2	Apesar de a proposta da coleção ser a “educação linguística dos alunos”, pode-se observar que a linguagem oral trabalhada é a norma culta.
Coleção 3	A Equipe utiliza a norma culta em toda a coleção, apesar de no livro do 6º ano, na seção “Mais Gramática”, ter utilizado exemplos de variação linguística.
Coleção 4	Os autores utilizam a norma-padrão, uma vez que devido sua importância, “a escola se propõe ensiná-la a todas as crianças e jovens do país, preparando-os para ingressar na vida social”. (p. 38)
Coleção 5	As autoras utilizam a norma culta. No manual do 7º ano (p. 151), as autoras explicam em um pequeno texto o porquê de se estudar a norma-padrão na escola. Segundo elas, um dos motivos é que indivíduos de variedades desprestigiadas deixam de usufruir de serviços públicos porque não “compreendem a linguagem empregada”, e outro motivo seria o acesso ao “conhecimento acumulado por muitas gerações; permite compreender e redigir textos literários, didáticos, técnicos, científicos, jornalísticos; permite sair-se bem em situações relativas a trabalho, concursos e provas.”

Há uma unanimidade em todas as coleções pesquisadas, apresentam como perspectiva dominante a norma culta ou variedades urbanas de prestígio, provenientes da norma-padrão, apesar de evidenciarem alguns exemplos de outras variedades linguísticas socialmente desprestigiadas. Os autores alegam que optaram por utilizar a norma-culta em detrimento das demais em virtude de sua relevância na esfera social, econômica e política. Além disso, o ensino da variedade falada pelas classes prestigiadas socialmente dá ao indivíduo condições de se juntar a outros indivíduos em situações sociais, como provas e concursos, e culturais, como cinemas e teatros.

3 - O livro didático trata da variação linguística?

Coleção 1	A variação linguística é trabalhada nas seções “Para se refletir sobre a língua” e “Outras Leituras” em mais de um capítulo do volume.
Coleção 2	Na unidade I intitulado “Língua e Linguagem” é composta por três capítulos, os autores trabalharam com a temática língua e suas variedades. Além da variação linguística, esses capítulos também ressaltam os diferentes tipos de linguagem.
Coleção 3	Na seção “Mais gramática”, localizado ao final do livro, a Equipe trabalha com a definição de língua e linguagem, da questão da variação linguística, variedade-padrão e adequação linguística, no exemplar do 6º ano; e, aparece novamente no 9º ano na seção “A gramática na reconstrução dos sentidos do texto” apenas como uma retomada e poucas atividades.
Coleção 4	A coleção trabalha com a variação linguística no livro do 6º ano na seção “A língua em foco”.
Coleção 5	O livro do 7º ano aborda a variação linguística e suas modalidades na seção “Reflexão sobre a língua”.

A variação linguística é um tema muito debatido na atualidade, devido ao seu caráter excludente e preconceituoso apresentado em contrapartida à norma-padrão. Apesar de inúmeros trabalhos acadêmicos e científicos sobre o tema, a escola ainda encontra resistência em abarcar, em seus bancos, variedades oriundas das classes menos favorecidas da sociedade. Na verdade, a própria sociedade não aceita, tampouco estimula, a abertura escolar para essas variantes. Neste sentido, todos os livros didáticos observados abordam a questão variacional da língua portuguesa e de sua riqueza linguística, porém opta por uma linguagem padronizada, quase cristalizada no tempo.

4 - O manual pedagógico da coleção traz conceitos-chave teóricos?

Coleção 1	A coleção apresenta conceitos que norteiam o trabalho docente, além disso, ao final de cada livro didático, as autoras apresentam “considerações teóricas, orientações didáticas e sugestões de leitura e de atividades complementares para o desenvolvimento dos conteúdos de cada capítulo”. (p. 37)
Coleção 2	O manual apresenta conceitos que orientam o professor na realização das atividades. Além disso, apresenta os princípios que norteiam a proposta da coleção. “Todo falante possui uma gramática internalizada, construída partir das próprias experiências linguísticas. Esse conhecimento prévio deve ser o ponto de partida para o trabalho desenvolvido na escola. Uma língua é constituída por múltiplas variedades (sociais, geográficas e históricas), logo a heterogeneidade é uma característica constitutiva da língua”. (p. 6)
Coleção 3	O manual apresenta conceitos e informações para que o docente tenha entendimento para se trabalhar os objetivos da coleção, como por exemplo, uso de recursos digitais, inclusão social, fazendo apontamentos de como lidar e avaliar um aluno com problemas visuais, auditivos, Down, autistas, entre outros, visto que a inclusão faz parte do cotidiano nas escolas brasileiras. “Uma das propostas desta coleção, em sua forma de articular o estudo, é oferecer variadas oportunidades de interação entre o livro didático e as tecnologias digitais...” (p. 6)

Coleção 4	O manual oferece conceitos e informações que orientam o docente para a compreensão da proposta da coleção, por exemplo, pode-se citar a proposta da produção textual. Os autores, após apresentarem o tópico, afirmam ao final que “Com o trabalho de produção textual centrado nos gêneros, o ato de escrever é dessacralizado e democratizado: <i>todos os alunos</i> devem aprender a escrever <i>todos os tipos de texto</i> .” (p. 32, grifos dos autores)
Coleção 5	Sim, as autoras oferecem ao docente as concepções teóricas que nortearam o embasamento de toda coleção.

Todos os manuais observados trazem, para o docente, conceitos e informações pertinentes para compreensão da proposta do livro didático. Além disso, apresentam orientações didáticas, sugestões de leitura e de atividades complementares, com o intuito de oferecer ao professor suporte didático-metodológico para desenvolver o processo de ensino-aprendizagem de seus alunos.

Dessa forma, pode-se dizer que os livros didáticos preparam o professor para sua utilização e valorizam a importância de se trabalhar os gêneros textuais. Os professores interessados encontram informações suficientes para se atualizarem, principalmente aqueles que há muito não se reciclam quanto as inovações da ciência da linguagem

4 Conclusão

Não temos a pretensão de termos analisado todas as possibilidades de utilização do material descrito, até porque, depende e muito dos sujeitos envolvidos no processo educacional. Apenas apontamos algumas questões pertinentes ao tema proposto.

A efetivação do ciclo de aprendizagem requer muitos fatores, tanto internos (próprio aluno) quanto externos (métodos e motivações), portanto seria difícil se falar em algo infalível para o processo de aprendizagem de língua portuguesa para um indivíduo falante e situado num contexto social desde o dia do seu nascimento.

Talvez fosse mais apropriado não falar em ensino de Língua Portuguesa, porque o que se tem ministrado até então nesta disciplina escolar é basicamente ensino de gramática, e sim em desenvolvimento da competência comunicativa do aluno, porque se ele sabe ler e escrever com desenvoltura, saberá compreender com maior eficácia a gramática de sua língua.

Os livros didáticos são um forte instrumento de ensino escolar e cumprem o que se destinam a ser. Não podemos tê-los como vilões do fracasso escolar, talvez a sociedade seja a grande malfeitora neste cenário, pois reprime nossa cultura familiar e tarja os que conseguem falar/escrever do jeito socialmente errado como deformadores da língua. Assim, os livros devem seguir a lei linguística imposta socialmente, já que, mesmos os indivíduos discriminados, tendem a acreditar que o correto é seguir a tradição gramatical, e também discriminam os demais usos, inclusive o seu. Esse é o poder da dominação social.

5 Referências Bibliográficas

- ALKIMIN, T. M. Sociolinguística. Parte I. IN: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.) **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 21-47.
- BAGNO, M. **Nada na língua é por acaso**: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

- _____ . **Preconceito linguístico:** o que é, como se faz. 44. ed. São Paulo : Edições Loyola, 2006.
- BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua materna:** a sociolinguística na sala de aula. 4. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BRASIL, Ministério da Educação (MEC). **Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa.** Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília, 1997.
- CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. **Português: linguagens.** 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. (coleção)
- CYRANKA, L. F. M. **Dos dialetos populares à variedade culta:** a sociolinguística na escola. 1. ed. Curitiba: Appris, 2011.
- DELMANTO, D. CARVALHO, L. B. de. **Jornadas.port** – língua portuguesa. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.(coleção)
- GERALDI, J. W. **Linguagem e ensino.** Campinas/SP: Mercado de Letras, 1996.
- LABOV, W. **Padrões Sociolinguísticos.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MARTELOTTA, M. E. A mudança linguística. In: FURTADO DA CUNHA, M.A.; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA, M. E. (Orgs.) **Linguística funcional: teoria e prática.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 57-71.
- MENNA, L.; FIGUEIREDO, R.; VIEIRA, M. das G. **Português: uma língua brasileira.** 1. ed. São Paulo: Leya, 2012. (coleção)
- MUSSALIM, F.; BENTES, A. C.; (org.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras.** Vol.1. São Paulo: Cortez, 2001.
- PAIVA, M. da C. de. A variável gênero/sexo. In: In: MOLLICA, M. C., BRAGA, M. L. **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação.** 4. ed. São Paulo: Contexto, 2012, p. 33-42.
- POSSENTI, S. **Por que (não) ensinar gramática na escola.** Campinas, SP: Mercado das letras, 1996.
- SCHERRE, M. M. P. **Doa-se lindos filhotes de poodle:** variação linguística, mídia e preconceito. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- TRAVAGLIA, L. C.; ROCHA, M. A. de Fr.; ARRUDA-FERNANDES, V. M. B. **A aventura da linguagem.** 1.ed. Belo Horizonte: Dimensão, 2009. (coleção)
- **Universos:** língua portuguesa. Obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida por Edições SM. Editor responsável Rogério de Araújo Ramos. 1 ed. São Paulo: Edições SM, 2012. (coleção)